

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DE GRANDES PROJETOS E ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS NA AMAZÔNIA: CONFLITO COMO FORÇA MOTRIZ!

André Luís Assunção de Farias¹
Gessivaldo de Jesus da Silva Ferreira²
Marcus Robert Ferreira Freitas³

RESUMO: Este artigo discute o aumento dos conflitos socioambientais e injustiças sociais que afetam o modo de vida de populações ribeirinhas, pescadores artesanais, agricultores rurais e outras, consideradas minorias vulneráveis em decorrência da implantação de grandes projetos na Amazônia, mais precisamente a possível implantação do terminal portuário de uso privado TUP de Abaetetuba da empresa norte americana Cargill em Urubuéua- Abaetetuba. Trata-se de uma análise dos impactos indiretos, uma vez que o porto ainda não foi implantado. O objetivo geral é compreender como os impactos socioambientais latentes da implantação do porto da Cargill se relacionam com as organizações sociais da comunidade da Ilha do Capim. Foram realizadas pesquisas de base documental, bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e observação direta. Os resultados apontam que os impactos socioambientais provocados pelo processo de instalação do Porto da Cargill trazem prejuízos aos moradores, prejudicando atividades tradicionais, como a pesca, interferindo diretamente na vida cotidiana da comunidade, por sua vez gerando um processo dialético com a criação de novos processos e espaços organizativos e resistência política.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos socioambientais, Grandes projetos, Organizações sociais.

SOCIO-ENVIRONMENTAL IMPACTS OF LARGE PROJECTS AND COMMUNITY ORGANIZATIONS IN THE AMAZON: CONFLICT AS A DRIVING FORCE!

ABSTRACT: This study discusses the increase in socio-environmental conflicts and social injustices that affect the way of life of riverside populations, artisanal fishermen, rural farmers and others, considered vulnerable minorities due to the implementation of large projects in the Amazon, more precisely the possible implementation of the port terminal of private use TUP of Abaetetuba of the North American company Cargill in Urubuéua- Abaetetuba. This is an analysis of the indirect impacts, since the port has not yet been implemented. The general objective is to understand how the latent socio-environmental impacts of implementing the Cargill port relate to the social organizations of the Ilha do Capim community. Documentary, bibliographic research, semi-structured interviews and direct observation were carried out. The results show that the socio-environmental

¹Doutor em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), Universidade Federal do Pará (UFPA), E-mail: andre2016.farias@gmail.com

²Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM), UFPA, E-mail: tapajoseducacao@hotmail.com

³Discente de Engenharia Ambiental e Energias Renováveis, Universidade Federal Rural da Amazônia, E-mail: m.robert2000.mr@gmail.com

impacts caused by the process of installing the Port of Cargill brings harm to residents, harming traditional activities, such as fishing, directly interfering in the daily life of the community, in turn generating a dialectical process with the creation of new processes and organizational spaces and political resistance.

KEYWORDS: Socio-environmental conflicts, Major projects, Social organizations.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTALES DE GRANDES PROYECTOS Y ORGANIZACIONES COMUNITARIAS EN LA AMAZONIA: ¡EL CONFLICTO COMO FUERZA MOTRIZ!

RESUMEN: En este artículo se analiza el incremento de conflictos socioambientales e injusticias sociales que afectan el modo de vida de poblaciones ribereñas, pescadores artesanales, campesinos y otros, considerados minorías vulnerables debido a la implementación de grandes proyectos en la Amazonía, más precisamente la posible implementación de la terminal portuaria de uso privado TUP de Abaetetuba de la empresa norteamericana Cargill en Urubúeua- Abaetetuba. Este es un análisis de impactos indirectos, ya que el puerto aún no se ha implementado. El objetivo general es comprender cómo los impactos socioambientales latentes de la implementación del puerto de Cargill se relacionan con las organizaciones sociales de la comunidad de Ilha do Capim. Se realizaron investigaciones documentales, bibliográficas, entrevistas semiestructuradas y observación directa. Los resultados muestran que los impactos socioambientales provocados por el proceso de instalación del Puerto de Cargill traen perjuicios a los pobladores, perjudicando actividades tradicionales, como la pesca, interfiriendo directamente en la vida cotidiana de la comunidad, generando a su vez un proceso dialéctico con la creación de nuevos procesos y espacios organizativos y resistencia política.

PALABRAS CLAVES: Conflictos socioambientales, Grandes proyectos, Organizaciones sociales.

INTRODUÇÃO

Preocupações relacionadas com o aumento de impactos e conflitos socioambientais que afetam o modo de vida de populações indígenas, ribeirinhas, pescadores artesanais, agricultores rurais e outras, consideradas minorias vulneráveis, têm despertado o olhar de diversos segmentos da sociedade e revitalizado uma agenda de pesquisa científica.

A conscientização pública dos crescentes problemas socioambientais decorrentes de dos grandes projetos, têm-se conduzido a uma reformulação destes, pelo menos em termos formais e discursivos. O componente social e ambiental passa então a ganhar a adequada consideração com elementos de análise no processo de planejamento. Considerar o ser humano como elemento componente do ecossistema e sua dinâmica,

tende a ser revisto através de políticas e posturas ambientais tomadas, inclusive, para a continuidade do crescimento econômico, agora sob auspícios do desenvolvimento sustentável.

Procurou-se examinar as organizações sociais da Ilha do Capim, localizada no estuário amazônico, município de Abaetetuba-PA, analisando as tomadas de decisão, assim como formas de pensar e agir no território, abordando a natureza sociopolítica da população que apresenta características organizacionais diferenciadas quanto à capacidade e ao esforço de se organizar na busca por melhores condições de vida.

As organizações comunitárias existentes na área em estudo têm suas lideranças nas igrejas católica e evangélica, comunidade de pescadores da Ilha de Abaetetuba e associação de moradores da Ilha de Abaetetuba. A associação de moradores das ilhas e a arquidiocese de Abaetetuba têm em vista o debate sobre o desenvolvimento regional e a preservação do ecossistema.

É importante destacar a relevância das organizações sociais dentro de um contexto de direitos negados e de desrespeito aos povos tradicionalmente existentes na região Amazônica. Como já mencionado, estes, travam lutas de resistência e defesa da vida e pela garantia de direitos. Organizam-se, articulam e integram movimentos de resistência, principalmente contra o grande capital. São justamente essas organizações e movimentos sociais que este trabalho irá abordar, apresentando-o em um pedaço da Amazônia brasileira na Ilha do Capim.

A construção do Porto da Cargill vem causando muitas divergências de opiniões. A maior parte da população nativa é contra a construção do porto, devido aos possíveis impactos que a comunidade poderá vir a sofrer, o que vem gerando revolta e originou um movimento contra a construção do porto, ganhando apoio das principais lideranças sociais da região. As comunidades da Ilha do Capim têm se adaptado às interferências exógenas, traçando estratégias de sobrevivência.

Neste sentido, esta problemática foi analisada por intermédio do seguinte problema de pesquisa: Como os impactos socioambientais do processo de implantação do Porto da Cargill têm refletido na organização da comunidade da Ilha do Capim? A hipótese principal foi confirmada na medida que as organizações sociais têm buscado novas formas de organização, unidade na ação e resistências políticas, inclusive unificando diferentes partes do território e distintos grupos em sua formação social, econômica e religiosa.

GRANDES PROJETOS, IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: TEORIA E MÉTODO

Grandes projetos: complexo mineiro metalúrgico e equipamentos portuários do agronegócio

No que se refere aos grandes projetos na Amazônia, não é novidade que estes visam a implementação de infraestrutura nas cidades e redondezas. Apesar da maioria dos projetos não serem de mesma composição, eles tiveram o mesmo objetivo: dispor as bases para crescimento do capitalismo na região. Na maioria dos casos, estudos revelaram que apesar dos empreendimentos terem sido realizados nessas localidades, pouca coisa ou quase nada mudou em proveito das comunidades¹. A expansão das fronteiras da acumulação não aponta para arranjos institucionais consensuais, mas antes, para o dissenso, pelo qual pretendem concorrer para a produção não hegemônica de sentidos e territórios (ACSELRAD, 2017).

A Amazônia se destaca em um cenário de profundas transformações históricas que levaram e continuam levando-a a um desgaste e até mesmo ao esgotamento dos seus recursos naturais que são a base de sobrevivência do povo amazônico e de outra grande parcela de indivíduos.

Em relação ao crescimento das grandes indústrias e suas implantações em proximidades com comunidades ribeirinhas, a questão ambiental tornou-se mais agravante, havendo uma mudança simultânea na dinâmica socioespacial e ambiental dessas comunidades. Há, portanto, um determinante comum para o surgimento do grande projeto na Amazônia, que explica outros casos surgidos nela em outros períodos históricos e, no caso da Amazônia brasileira.

Na década de oitenta do século XX, as grandes empresas mineradoras se instalaram nos municípios vizinhos à Ilha do Capim, com destaque para o complexo industrial de Barcarena (Pa), trazendo com elas não somente o chamado progresso, mas os impactos resultantes dele, tanto para o meio ambiente quanto para a população que ali vive. O rio é fonte de vida e sustento para as famílias da Ilha. Os impactos socioambientais desses projetos têm um histórico de danos ambientais na comunidade estudada.

¹ Para Carvalho (2012), os grandes projetos na Amazônia não favorecem a reprodução social do homem do campo. Quando ocorre, é apenas o efeito secundário proporcionado pelos projetos. A finalidade principal destes é, justamente, garantir o acesso, o uso e o controle de territórios e dos recursos neles disponíveis por parte de poderosos grupos econômicos nacionais e transnacionais.

Impactos socioambientais: Aporte teórico e normativo

Para analisar os impactos socioambientais é fundamental compreender que os domínios do capitalismo têm agredido a natureza de forma predatória, causando uma degradação ambiental intensa e até mesmo extinguindo espécies animais e vegetais, alterando consideravelmente a biodiversidade e o modo de vida do homem. O “progresso” cada vez mais rápido do trem da civilização industrial e capitalista em direção ao abismo, um abismo que se chama catástrofe ecológica” (LOWY, 2013 p.84).

A construção de rodovias, o funcionamento de hidrelétricas, o impacto das barragens, a construção de portos e suas atividades que ajudam no aumento da derrubada da floresta, caracteriza perda de biodiversidade. Assim como as atividades de mineração em que as principais reservas de minérios estão situadas na região amazônica e que têm atraído a atenção de grandes investidores nacionais e internacionais, o processo de extração de minérios é altamente devastador para o meio ambiente, destruindo-o em diferentes aspectos físicos e sociais.

Trata-se, portanto, de um território que também tem em sua base relações materiais, mas principalmente as imateriais simbólicas entrelaçadas entre sociedade e natureza, promotoras da cultura², valores históricos e práticas político-sociais, de cujas relações afloram saberes, colocações políticas, experiências de organização social e condições de sobrevivência e resistência. Desta forma, os impactos e conflitos socioambientais representam fatores de organização e mobilização da sociedade civil amazônica diante do processo de avanço do capitalismo em curso na região.

Sanchez (2013) trabalha impactos ambientais, como toda ação do homem sobre a natureza que gere mudanças, associado ao conceito de ambiente, uma vez que neste campo é possível perceber estudos e análises dos fatores determinantes, das percepções e das previsões de ações negativas, positivas, imediatas ou futuras que podem ocorrer no ambiente. Considerando o aspecto normativo, segundo o artigo 1º da resolução 001/86 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), impacto ambiental é:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultantes das atividades humanas que afetam diretamente ou indiretamente: A saúde, a segurança e o bem estar da população; As atividades sociais e econômicas;

² A dimensão sociocultural, destacada por Gehlen (2006) faz parte de uma rede de relações complexas, sendo o território visto como patrimônio sociocultural. Portanto, é um espaço que abriga, que produz e que tem cultura, aprendizagem, identidade, relações afetivas e inúmeras histórias que ultrapassam gerações.

A biota; As condições estéticas e sanitárias ambientais; A qualidade dos recursos ambientais.

Desta maneira, para compreender os impactos ambientais, é necessário ter em sua base, suposições previsíveis de possíveis impactos que qualquer empreendimento poderá causar. Assim, ao prever possíveis alterações, é fundamental ter o devido cuidado, uma vez que estas podem ser alteradas na proporção de impactos com diferentes níveis e que devem ter precauções específicas, com o intuito de prevenir desastres, acidentes ou crimes ambientais, como vêm ocorrendo no Brasil.³

Organizações sociais e meio ambiente: gênese e transformações

Blau e Scott (1970) afirmam que o termo organização está diretamente relacionado à forma e ao jeito da conduta humana organizada socialmente. O ponto central da organização social, é definido pela formação de redes de relações sociais entre indivíduos e grupos, o que também define as estruturas de posição. Contudo, para formar um todo, necessita-se de um sistema de crenças e orientações compartilhadas que os oriente.

Existe uma intensificação da ocupação espacial dos mais diversos povos que compõem a vasta região amazônica. Para tanto, tal ocupação e usurpação de direitos deram a esses povos o direito da resistência e da luta em defesa do território, onde organizações de cunho social se unificam em prol dessa defesa e do bem estar do povo.

Não obstante, no cotidiano das instituições incumbidas dessa tarefa, o como fazer e a organização social⁴ se desdobram em práticas das mais diversas, as quais são contraditórias ou incompatíveis entre si. Muitas vezes são atores externos como: agências governamentais, ONGS, empresas e outras, que saem em busca de organizações sociais, a fim de implementar suas políticas, projetando sobre as comunidades locais limitações que não são delas e dispendo de prazos quase sempre muito curtos, imbuídos de intenções que por diversas vezes não se encaixam com as das populações, tendo uma lógica própria para implementar suas ações.

³ A exemplo do vazamento da barragem em Cataguases, Minas Gerais, em 2003, o rompimento da barragem de Mariana em 2015, o vazamento de minérios em Barcarena, no Pará, em 2018, e recentemente o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, também em Minas Gerais, em 2019.

⁴ Para Andrade (2011), a organização social dos povos tradicionais da Amazônia é um passo fundamental e imprescindível para se alcançar efetividade em quaisquer esforços voltados para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região.

O perfil das organizações sociais, geralmente é determinado por suas origens e pelas lideranças que as fundaram. Expressa liberdade, igualdade, justiça social, independência, apelo à modernidade em nome de novas forças sociais, criticando um mundo de tradições, preconceitos e privilégios. As lutas proporcionadas pelos movimentos sociais não caracterizam propriamente elementos de recusa, marginais à ordem, ao contrário, representam reposição da ordem.

Cunha e Guerra (2012) afirmam que desde os primórdios o homem interage com o ambiente à sua volta, modificando-o e transformando-o de acordo com suas necessidades, e o resultado dessas ações são perceptíveis ao longo de toda a biosfera. Para o ser humano que habita o espaço amazônico, a terra⁵ e a natureza se manifestam como condição substancial para sua produção e reprodução familiar. Martins (1990) afirma que a função concedida ao solo promissor de manutenção das famílias camponesas na Amazônia é de terra de trabalho e não como terra de negócio.

Em contrapartida, na fronteira que se expande na Amazônia, em que os usos da terra/ floresta são consolidados distintamente pelas classes sociais, existem duas lógicas desiguais, o que é um fator decisivo para o acontecimento dos conflitos entre os agentes sociais envolvidos no processo em disputa.

Conflitos socioambientais: força motriz das novas formas organizativas

Conceitualmente, os conflitos ambientais se originam quando a forma de sobrevivência de alguns grupos sociais no território é ameaçada por impactos indesejáveis transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos, causados pela ação de outros grupos sociais (ACSELRAD, 2017).

O conflito social⁶ caracteriza uma luta entre interesses opostos, em que disputa o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum. Pode-se afirmar que

⁵ De acordo com Gehlen e Mocelin (2018), a terra não é apenas um espaço para produzir e, para além disso, possui um significado político muito importante, definido culturalmente pelos interesses de grupos sociais ou comunidades identitárias. Existe uma dimensão do conteúdo do termo “terra” que expressa relações sociais e, ao mesmo tempo, define formas de relações sociais segundo os valores de cidadania e de identidade desses grupos. Por isso, a terra é de certa forma criada segundo ideologias e interesses de classe.

⁶ Para Bourdieu (1994) existe um espaço social de conflitos, onde são travadas lutas de poder e lutas simbólicas, no qual agentes se esforçam para manter ou para transformar a estrutura das relações existentes no campo, legitimando ou deslegitimando práticas sociais ou culturais. No interior destes conflitos de posições ligadas por relações de força específicas, cabe ressaltar que os indivíduos estão dispostos de acordo com estruturas desiguais de acesso, uso, apropriação, distribuição e controle sobre os territórios e sobre o conjunto de recursos materiais e simbólicos.

se trata de um conflito social que tem no acesso aos recursos naturais o seu principal objeto de disputa. Segundo Herculano (2006), os conflitos socioambientais são conflitos entre grupos sociais muito desiguais em termos de poder econômico e político, que se defrontam em disputas que têm o meio ambiente no seu epicentro.

Dos grandes projetos instalados na Amazônia, a mineração e a infraestrutura portuária têm gerado alterações ao meio ambiente e no ser humano, gerando inúmeros conflitos. Segundo Alves e Santos (2017), os conflitos socioambientais no Brasil mostram diversas situações em que grupos sociais afetados por diferentes projetos econômicos rejeitam o estado de privação e/ou risco a que estão submetidos, enfrentando seu problema a partir da mobilização social com vistas à denúncia.

MÉTODO: METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS

Com o intuito de compreender os impactos socioambientais causados pelo processo de construção do Terminal de Uso Privado - TUP de Abaetetuba à população da Ilha do Capim, optou-se pela pesquisa qualitativa por favorecer distintas possibilidades investigativas sobre o fenômeno, pois envolvem o ser humano e as relações que se estabelecem entre eles em seus diversos ambientes. Os povos ribeirinhos, sujeitos e objetos desta pesquisa, têm a identidade coletiva forjada com a interação com a natureza. Esses povos edificaram suas identidades culturais nas relações ambientais, com os rios, com a floresta, com a várzea, fortalecendo a relação com os recursos naturais por meio da defesa de território e da vida.

De acordo com Godoy (1995), o método qualitativo possibilita ao processo investigativo os detalhes dos fenômenos ocorridos no cotidiano dos indivíduos. Permite, ainda, uma reanálise promovendo abertura para novas interpretações. Para alcançar o objetivo da pesquisa durante o processo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, as quais consistiram na realização de perguntas previamente elaboradas pelo entrevistador a fim de corresponder os objetivos da pesquisa e a obtenção de dados.

O fator primordial desta metodologia refere-se aos informantes-chave, os quais propiciam os contatos com os outros entrevistados, através de perguntas objetivas. As entrevistas com as lideranças sociais da Ilha seguiram esta diretiva. A ideia foi criar uma linha de diálogo com as comunidades da Ilha do Capim, localizada no município de Abaetetuba, distante 60 km de Belém com as coordenadas S 01°34.971' W 048°52.932',

pertencente à Mesorregião do Nordeste Paraense e à microrregião de Cametá no Estado do Pará (AZEVEDO, 2018).

Foi realizada a pesquisa bibliográfica durante toda a construção do trabalho, apoiada na pesquisa de campo, em paralelo. A pesquisa de campo deu-se por meio de observação direta e, como dito acima, e entrevistas com pessoas chave como, presidentes das associações, cooperativas e líderes da comunidade, durante o ano de 2019.

As entrevistas foram realizadas envolvendo associações e lideranças atuantes da Comunidade Santo Antônio, Comunidade de São Pedro e Associação de Moradores da Ilha de Abaetetuba (AMIA).

HISTÓRICO DOS GRANDES PROJETOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA ILHA DO CAPIM

A história ganha novos contornos com a chegada dos Grandes Projetos

Com o surgimento dos grandes projetos industriais no período de 1980 a 1985 no Município de Barcarena, – ALBRAS (Alumínio Brasileiro S.A) e ALUNORTE (Alumina do Norte do Brasil S.A) – os moradores acreditam que muitos dos problemas de saúde (dor de estômago, coração, coceiras na pele, nos olhos, dor de urina, entre outros) vêm sendo causados por esses grandes empreendimentos.

Além disso, ocorreu uma série de mudanças no meio ambiente, sendo as águas poluídas pela lavagem dos navios e resíduos químicos despejados e o ar contaminado pela fumaça advinda das fábricas. Portanto, acredita-se que a escassez do pescado e o desaparecimento de algumas espécies, (Pirandirá, Babachata, Piracatinga, Ituí Terçado, Matrinxã, entre outros) antes vistas em abundância, e o aumento populacional (que também tem sua parte de colaboração nessa poluição), foram, e são dados por conta da poluição dos rios.

A infertilidade das árvores e o não amadurecimento dos frutos, principalmente do açaí, podem também ser provenientes desses impactos no meio ambiente, uma vez que a Ilha tem uma proximidade desses pólos industriais, além da frequência de balsas e navios que trafegam e atracam às suas margens, ocupando áreas de pesca. Isso se evidencia nas pesquisas do Instituto Evandro Chagas (2018) que apontam que o município de Barcarena e conseqüentemente o de Abaetetuba (especificamente a região das ilhas) são um dos mais afetados no Brasil com a produção industrial do metal.

Recentemente, o Instituto Evandro Chagas (2018) constatou que houve transbordamento de materiais contaminados da empresa Hydro Alunorte, em Barcarena, o que apresenta risco à população local, sendo encontrado na água: alumínio e um alto nível de nitrato e chumbo, substâncias estas que tornam a água imprópria para o consumo humano devido ao seu uso contínuo levar a graves enfermidades, como o câncer.

Percebe-se, ainda, que as idas e vindas de grandes balsas carregadas de minérios pelo rio, interferem no meio ambiente aquático e modo de vida do ribeirinho, pois algumas espécies de peixes que ali viviam hoje não vivem mais devido à mudança da rotina do rio, e as famílias que se alimentavam dessas espécies não se alimentam mais. A maioria dos pescadores utilizam técnicas de pesca artesanal, e seria muito arriscado esse tipo de pesca em meio a enormes balsas carregadas de minério.

Com o passar do tempo, ocorreram modificações também nos aspectos culturais, organizacionais, políticos e econômicos. A maioria dos moradores da ilha passou a participar da organização social local. A primeira organização social local foi a comunidade eclesial de base (CEB) denominada Santo Antônio. Hoje, além da comunidade Santo Antônio foi criada também a comunidade São Pedro no Rio Caratateua que também compõe a organização da ilha. Essa organização opera a partir de diretrizes da paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz, das ilhas de Abaetetuba, pertencente à igreja católica. Além dessas organizações religiosas existem na ilha duas igrejas evangélicas de orientação protestante.

A partir do ano de 2000, a organização social da ilha se ampliou após o surgimento do projeto de assentamento agroextrativista denominado Santo Antônio II. Atualmente, como instrumento de representação organizativa, os moradores têm também a associação dos moradores Santo Antônio II, que foi fundada no dia 28 Novembro de 2005, para fins de acesso às políticas de reforma agrária por meio desta modalidade de assentamento. Além da associação, os moradores também participam da associação dos moradores das ilhas de Abaetetuba (AMIA), da colônia de pescadores Z-14, do movimento dos ribeirinhos das ilhas e várzeas de Abaetetuba (MORIVA), entre outros que se somam à comunidade da Ilha do Capim.

A história a partir do processo de instalação do Porto da Cargill (TUP Abaetetuba)

O Terminal Portuário de Uso Privado - TUP de Abaetetuba é um desses investimentos que será construído nas proximidades da Ilha do Capim. A empresa Cargill considera a região estratégica para o escoamento dos grãos e o local foi escolhido por apresentar profundidade adequada e acesso viável para barcaças (AMBIENTARE, 2017).

O TUP Abaetetuba ou Porto da Cargill, como é denominado pelos ribeirinhos, é um instrumento técnico, em forma de logística portuária do agronegócio. Por sua vez, o agronegócio é uma expressão traduzida do inglês agribusiness, o qual consiste em negócios no setor da agropecuária e foi introduzido pelos economistas norte americanos Ray Goldberg e John Herbert Davis, no ano de 1957, em decorrência dos problemas enfrentados pela agricultura com os setores (indústria e serviços). Segundo Porto (2006), o agronegócio⁷ ganha força no Brasil, entre as décadas de 1960-70, por meio de financiamentos, acumulação de capital e via mercantilização dos bens naturais, convertendo-se em um palanque neocolonizador.

O TUP de Abaetetuba é um empreendimento portuário que receberá cargas de grãos da região centro-oeste do país, principalmente soja e milho, que serão transportados através de embarcações pelas águas do rio Amazonas e seus afluentes, permitindo a exportação e o transbordo de cargas em todo este circuito, utilizando de um meio de transporte eficiente, seguro, e barato na Amazônia (AMBIENTARE, 2017).

RESULTADOS E DISCUSSÕES: IMPACTOS, CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E TRANSFORMAÇÕES ORGANIZATIVAS

Os impactos socioambientais dos grandes projetos têm produzido conflitos e mudanças organizacionais ao longo da história no território da Ilha do Capim, em Abaetetuba. Nota-se que a Região do Baixo Tocantins também é acometida por impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, resultando em conflitos e resistências regionais.

⁷ De acordo com Bialoskorski Neto (1994), o agronegócio está relacionado a tudo o que envolve este tema, desde a fabricação dos insumos essenciais, produção agrícola e os procedimentos que envolvem a produção até chegar ao consumidor final. Para Batalha e Silva (2001), este tipo de mercado é o conjunto da união de todas as ações de produção e disseminação de suprimentos agrícolas bem como seus armazenamentos, procedimentos e distribuição dos produtos agrícolas e itens gerados por eles.

Atualmente, em Abaetetuba, a comunidade Ilha do Capim tem travado lutas constantes contra os grandes projetos, já implantados no município de Barcarena⁸ e contra o processo de implantação do projeto portuário e, conseqüentemente, para as comunidades ribeirinhas.

Segundo o presidente da Associação de moradores Santo Antônio, a luta contra esses empreendimentos tem sido árdua e incansável. A defesa pelo território e a busca pelos direitos e pela dignidade vem se somando a inúmeras outras lutas de resistência. Porém, mesmo com todos esses desafios, a Ilha do Capim é tida como seu lugar e vêm com desconfiança a cidade. Por outro lado, conforme indicado por Acselrad (2017), o conflito gera a necessidade de luta e organização, como afirma o presidente da associação:

A gente tem que lutar pelo bem estar das nossas ilhas, do nosso território, a gente sabe que está querendo ser invadido por essas empresas e a tendência é a gente lutar né? Nós nascemos e nos criamos, nossos pais nasceram, se criaram e nos criaram e hoje nós tamo criando nossos filhos. É através daqui, quem é que quer ir pra cidade? É difícil isso aqui, essa situação da gente largar nosso lugar, onde nascemos e nos criamos. E por causa disso tem muitas famílias desse lugar tão maravilhoso que hoje está na cidade, na periferia da cidade, sem um futuro pros nossos jovens. (Presidente da Associação Santo Antônio II, 2019).

É com a perspectiva de lutar e mobilizar a comunidade para a defesa do território que organizações sociais se fazem presentes dentro da Ilha do Capim, em que se articulam, se planejam, criam movimentos e mostram as suas formas de reivindicar e resistir, com expectativa sobre os jovens estudantes:

Nossa esperança é que a gente faça um trabalho agora nesse ano de 2019, um trabalho muito intenso sobre isso, a gente sabe que só a gente pode lutar pelas nossas ilhas e a gente também pede apoio dos nossos alunos que estão estudando, pra nos ajudar nessa parte, nos ajudar a encaminhar muitas lutas. Espero que a gente faça um trabalho para ver se combate esse empreendimento que está para sair aí, que a gente sabe que não vem trazer futuro nenhum, é só destruição, poluição, a gente vê lá em brumadinho né, o que tá acontecendo. (Presidente da Associação Santo Antônio II, 2019).

⁸ Desta maneira, nota-se de início que os impactos socioambientais são de dois tipos: os patentes, ocasionados pelo complexo industrial de Barcarena; e os latentes, percebidos pelo processo de instalação do porto da Cargill. Os resultados demonstraram, portanto, que não é apenas o projeto futuro que está gerando impactos, mas os projetos instalados historicamente.

É perceptível que a comunidade sofre com os polos industriais do município de Barcarena, profundas transformações desde suas instalações e violações de direitos, conforme já indicado por Carvalho, 2018:

[...] Uma coisa tão maravilhosa que nós vivia aqui, nossas águas, não via poluição nenhuma, hoje você vê como está nossas águas, não podemos consumir mais hoje para o humano e as nossas frutas né, que a gente tinha uma produção tão grande de açaí e muitos tipos de plantas, e a gente vê hoje as dificuldades tão grandes, a gente já vê a diferença. A gente faz uma análise que é dessa poluição aí, dessas empresas, da Albras aí né, a gente vê tanta poluição dos 18 acidentes que tivemos aí e a justiça não toma a mínima providência para combater isso aí, então a gente sabe que é muito sério a chegada dessas empresas no nosso território...(Presidente da Associação Santo Antônio II, 2019).

O representante da Comunidade Católica São Pedro afirma que o principal objetivo da comunidade é formar pessoas na fé de acordo com a doutrina da igreja para que sejam cristãos conscientes de suas contribuições e atribuições para com a sociedade e na vida comunitária. É uma Comunidade Eclesial de Base – CEB, vinculada à Paróquia Nossa Senhora Rainha da Paz, popularmente conhecida como Paróquia das Ilhas.

Ao ser questionado sobre o trabalho da comunidade com a questão ambiental, a liderança enfatiza que o trabalho da igreja envolve as questões sociais, mas sempre buscando estimular nos seus participantes a importância da preservação do meio ambiente em que vivem; e relata que é uma das principais causas de luta da comunidade. Nota-se aqui princípios da sustentabilidade⁹, entronizados na organização comunitária.

Os impactos socioambientais têm interferido diretamente na vida cotidiana da comunidade, que tem buscado cada vez mais se organizar enquanto movimento de resistência. Segundo relato, esses efeitos são percebidos:

[...] nas atividades nossas de cada dia, através da atividade da pesca, da agricultura, no ar que respiramos e nos problemas sociais que isso acaba trazendo para nós. Sempre lutamos, a gente faz o que pode, tentando organizar o povo junto aos outros parceiros para buscarmos os nossos direitos e o que é melhor para todos nós. (Representante da Comunidade São Pedro).

⁹ De acordo com Ayres (2008), a sustentabilidade estabelece regras e condutas sobre a maneira como os seres humanos devem agir em relação à natureza e como eles são responsáveis para com o outro e as futuras gerações. Neste contexto, observa-se que a sustentabilidade é condizente ao crescimento econômico, baseado na justiça social e eficiência no uso de recursos naturais (LOZANO, 2012).

Verifica-se que os impactos trazem mazelas às comunidades. Como afirma Acselrad (2010), o capitalismo reserva para as regiões mais pobres apenas os rejeitos e as mazelas sociais, ao mesmo tempo em que para as áreas mais ricas ficam os benefícios da sustentabilidade ambiental.

Ao se tratar sobre o posicionamento da comunidade em relação à possível implantação do Porto Cargill, evidencia-se a resistência e o posicionamento contrário à proposta deste projeto dito “desenvolvimentista”, que segundo a liderança só traz prejuízo à comunidade, assim como faz o complexo industrial de Barcarena (Pa). Segundo o entrevistado, a missão e o compromisso cristão deles são de defender o território que eles ocupam quanto às possíveis ameaças de ocupação e exploração de grandes empresas capitalistas.

[...] nossa perspectiva é manter e fortalecer cada vez mais os nossos movimentos, mostrando para essas empresas que apesar de sua ganância, eles devem levar em conta os nossos valores, nossa cultura e entre tantas outras coisas que nós possuímos, que nós temos no nosso local, na nossa ilha, ou melhor, nas nossas ilhas, nas nossas comunidades. Nossa missão e nosso compromisso cristão é defender os nossos territórios que a todo custo querem ocupar. (Representante da Comunidade São Pedro).

Quanto às principais ameaças que a implantação do porto Cargill pode trazer para a comunidade, o representante afirmou que:

“a construção do porto vai gerar desconforto, tirar o sossego dos moradores e vai prejudicar na pesca, pois os moradores das comunidades do entorno utilizam toda a extensão do rio para a pesca e com a construção do porto seus pequenos barcos não vão poder circular em determinadas áreas”.

Estas ameaças são confirmados por Vilhena e Fonseca (2018), pois segundo os autores, a construção do porto acarretará em impactos e interferência na atividade pesqueira, no aumento do tráfego de embarcações na hidrovia e as atividades de carregamento hidroviário dos comboios e barcaças poderão, eventualmente, gerar interferências significativas, modificando as rotas pesqueiras atualmente utilizadas pelos pescadores locais e produzindo efeitos nas condições da fauna aquática, gerando um conflito social em resposta a este cenário.

O representante também ressaltou a questão da poluição e degradação ambiental, com o problema do lixo, do derramamento de óleo no rio, a retirada da mata ciliar e a possível erosão do rio, além da poluição sonora. Destacando também os problemas

sociais, como a prostituição infantil e o uso e tráfico de drogas. De acordo com ele, não é que esses problemas não existam na comunidade, mas “é claro que com a construção do porto esse número vai aumentar consideravelmente”.

O grande desafio da organização é o fato de que algumas famílias não participam das reuniões da comunidade e não se articulam. O entrevistado afirma que muitas famílias estão acomodadas esperando por lideranças e por outras famílias que conseguem se articular junto à comunidade somando forças e frente de enfrentamento.

Portanto, pode-se constatar a preocupação da associação com a comunidade e com as questões socioambientais, pois o ambiente é de todos e não somente de um só, nele trabalha-se a coletividade. Ademais, na questão social, a preocupação com o aumento das mazelas deixadas por grandes empreendimentos gera reflexões e ações.

Por sua vez, o presidente da Associação dos Moradores das Ilhas de Abaetetuba-AMIA¹⁰ destaca que a principal tarefa da Associação é defender a vida:

O principal objetivo da associação em si é garantir o direito dos moradores das ilhas de Abaetetuba onde se possa estar defendendo a vida nos seus diversos âmbitos para reivindicação de políticas públicas para os moradores das ilhas de Abaetetuba pra de certa forma fomentar a vida do povo das ilhas de Abaetetuba. Então a gente vai percebendo que a AMIA em si, ela fez monitoramento de vários projetos em si, voltados para agricultura familiar sobre a economia popular solidária e esses projetos é justamente para que o povo das ilhas pudessem ter uma oportunidade de renda melhor, de vida melhor.(Presidente da AMIA).

Ainda tem a resistência enfrentada por alguns movimentos, segundo ele, algumas lideranças de outras entidades e até mesmo da AMIA passam a ser cooptadas pelos grandes projetos, “a cooptação de liderança atrapalha o trabalho da associação”. Esta divisão nas comunidades é uma estratégia tácita na implantação dos grandes empreendimentos. Conforme Bastos (2016), a sociedade passa a ficar dividida entre o discurso do desenvolvimento, da resistência e do atraso, porque essas três formas discursivas entram em cena.

Quanto ao processo de implantação do porto Cargill no município, a associação é totalmente contrária e tem somado forças para barrar a implantação. Um acontecimento

¹⁰ A AMIA foi fundada em 15 de julho de 1986, e surgiu através da iniciativa do padre José Burguese. Percebeu-se a necessidade das ilhas terem uma associação que pudesse unir as duas igrejas, a igreja católica e a igreja evangélica, e que também pudesse interagir junto a outras paróquias das ilhas a fim de discutir políticas públicas para as comunidades, o que naquela época não existia nas ilhas de Abaetetuba, surgindo, diante deste fato, a AMIA.

muito importante para eles sobre este fato foi o adiamento da audiência pública da associação e a empresa, que estava marcada para acontecer em julho do ano de 2018. A associação enquanto entidade se manifestou contra, fazendo uma carta de repúdio junto a outras entidades¹¹, a qual foi encaminhada para o ministério público, defensoria pública, inclusive para a SEMAS, principal alvo por ser o órgão que concede o licenciamento do projeto.

A associação faz o acompanhamento do processo de implantação do porto no território e está alerta aos impactos socioambientais dos grandes projetos, em decorrência do aprendizado histórico com o complexo industrial de Barcarena.

O nosso posicionamento é sempre frente aos impactos que vem para agredir, porque se nós somos uma associação de moradores das Ilhas de Abaetetuba, nós devemos sempre nos posicionar e defender os interesses do nosso povo e que venha beneficiar as nossas ilhas. A gente sabe que os impactos negativos que a empresa em si vem trazer eles são muito grandes, então é estrondoso. A gente já vê por outras realizadas que aconteceram fora e isso a gente não quer pro nosso povo. (Presidente da AMIA)

Em relação aos impactos sofridos pela implantação do porto da Cargill, não serão sentidos somente na região onde vai ser instalado o porto, Ilhas do Capim, Urubuêua, Tabatinga e Aranduba, comunidades essas que entram na discussão do mapeamento da empresa. Devido ao fenômeno das marés, toda a região das ilhas sofrerá com os impactos causados nos rios, as comunidades dependem do rio para viver, como já foi dito, e muitas famílias poderão sentir-se ameaçadas e deixarão suas comunidades, irão viver em vulnerabilidade social dentro da cidade.

Diante dos fatos, ressalta-se a fragilidade que a maior parte da população das Ilhas de Abaetetuba não tem emprego e a maioria dos postos de trabalho são no setor do comércio, porém são temporários. Dentro do processo de instalação do Porto, as oportunidades de empregos serão apenas na fase de construção, empregos momentâneos, como já demonstrado na história dos grandes projetos. Ademais, além dos efeitos sobre o trabalho, há aspectos simbólicos e culturais transformados, conforme Gehlen (2018).

¹¹ A AMIA conta com a parceria dos movimentos da paróquia das ilhas, a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA), Movimento dos Ribeirinhos dos Rios e Várzeas de Abaetetuba (MORIVA), Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas dos Projetos de Assentamento Agroextrativista de Abaetetuba (MORIPA) e comissão pastoral da terra (CPT). Também conta com o apoio da CARITAS e do Instituto Federal do Pará (IFPA) que também faz parceria com a associação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou os impactos socioambientais indiretos do porto da Cargill, ou seja, durante o processo de implantação no município de Abaetetuba no estado do Pará, e como as organizações sociais presentes neste território vêm reagindo a este cenário. Deu ênfase ao processo de disputas territoriais, às identidades coletivas, em sua luta contra o Estado e os grandes empreendimentos. Há uma discordância de interesses entre os atores do desenvolvimento e os interesses dos povos e comunidades tradicionais. Existe um oportunismo de grandes empresas multinacionais com discurso salvacionista de desenvolvimento local e geração de emprego, por meio de projetos de infraestrutura.

Os impactos socioambientais são provenientes, principalmente, de dois grandes projetos. O primeiro, já instalado, é o complexo industrial e portuário de Barcarena. O segundo, é o TUP da Cargill, em processo de implantação. Os impactos diretos e perceptíveis, como poluição dos recursos hídricos, do ar e do solo, se somam com a perda da produção agrícola, da pesca e do extrativismo do açaí, configurando um risco para a segurança alimentar e manutenção dos hábitos alimentares da comunidade. O desmatamento e a perda da mata ciliar são impactos que afetam a reprodução da vida aquática e terrestre naqueles ecossistemas. As barreiras físicas de balsas transportadoras de grãos também causam impactos na organização e no trabalho da pesca artesanal.

Outros impactos socioambientais, mesmo estruturais, são menos perceptíveis à primeira vista. Os grandes projetos têm ocasionado a especulação fundiária e desterritorializado parcela da comunidade, levando-os a ocupar as periferias da cidade de Abaetetuba.

Observou-se que o processo de instalação do porto vem causando impactos sociais, como a divisão da comunidade, com divergências de opiniões. Contudo, a maioria da população das Ilhas de Abaetetuba mostra-se contra a construção do porto, devido aos possíveis impactos que a comunidade poderá vir a sofrer com a implantação do mesmo, o que vem ocasionando revolta por parte da população. Esta insatisfação originou um movimento contra a construção do porto, ganhando apoio das principais lideranças sociais da região.

A dinâmica de operação do TUP poderá influenciar expressivamente na rotina não só de quem pesca como de quem utiliza o rio para se deslocar, trabalhar, entre outras atividades. O funcionamento do terminal, considerando os outros terminais portuários, poderá ocasionar ainda mais alteração de fluxos de embarcações da região, para evitar

acidentes e colisões. As medidas de prevenção consideram a sinalização de áreas de pesca e de áreas de circulação de embarcações do empreendimento, proposta de limitação geográfica para áreas de usufruto pela comunidade, principalmente através da pesca, podendo reduzir a produção do pescado e trazer prejuízos econômicos e socioculturais, considerando a alteração do acesso para as embarcações.

Para os ribeirinhos, os quilombolas, os povos que vivem no campo, a terra para eles vai além do território, é o modo de vida e resistência, é o ambiente natural e social, onde os saberes são construídos ao longo do tempo e do espaço por identidades coletivas no território etnicamente configurado. A iminência da perda de direitos territoriais frente à construção do TUP Abaetetuba impulsionou a condução de manifestações no âmbito de impedir este modelo de desenvolvimento.

Por terem restrito poder social, político e econômico, os ribeirinhos estão sujeitos aos riscos ambientais e sociais decorrentes da exploração dos recursos naturais. Os resultados apresentados nesta pesquisa retratam o quadro de injustiças ambientais e sociais às quais estão sujeitos e vulneráveis os povos das Ilhas de Abaetetuba. As comunidades da Ilha do Capim têm resistido às interferências exógenas, traçando estratégias de luta e sobrevivência.

Neste sentido, os conflitos socioambientais produzidos pelo enfrentamento dos grandes projetos, têm se constituído na defesa do território e da vida. Os conflitos também têm gerado maior participação e engajamento das comunidades, mesmo com algumas diferenças de opiniões. A defesa do território gerou uma certa unidade política, mesmo considerando as diferenças de credos religiosos. Em última análise, o que está em conflito nesta porção da Amazônia é a luta entre a concepção, instrumentos e agentes do moderno sistema capitalista de produção e reprodução e uma visão de mundo, prática e saberes tradicionais baseados num equilíbrio dinâmico entre ser humano e natureza.

Para além dessa leitura crítica, são sabedores da necessidade de desarticulação dessa rede de controle, poder e apropriação que tem se intensificado não somente em Abaetetuba, mas em toda a Amazônia.

Assim, as mudanças organizacionais verificadas como síntese dos conflitos socioambientais permitiram a criação de fóruns, atividades e ações de resistência, como o “Grito das Águas”. Também ampliaram a consciência de classe, apontando uma maior criticidade acerca do Estado e ausência de políticas públicas. O peso econômico e político do grande projeto e os impactos, levaram a construção de uma certa unidade

política dos ribeirinhos, assim como uma ação articulada em rede. Finalmente, verificou-se que as mudanças organizacionais dos movimentos sociais resistentes apontam para um maior engajamento socioambiental.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. 2017. O lugar e as possibilidades da política: sentidos da cartografia social. In: GAIOSO, A. V; MARTINS, C. C; NOVAES, J. S. de; NUNES, P. M. P. (Orgs.). Rio de Janeiro/São Luiz: Casa 8. (Coleção Aulas Inaugurais; 4).

ALVES, Stevam Gabriel; SANTOS, Solange Laurentino dos. Injustiças e conflitos socioambientais: o que são e como surgem? **R. gest. sust. ambient.**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 216-226, jul./set. 2017.216 doi: 10.19177/rgsa.v6e22017216-226.

AMBIENTARE, **Relatório de Impacto Ambiental Terminal Portuário de Uso Privado Abaetetuba**, Cargill Agrícola. Outubro de 2017. Disponível em: https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/RIMA_TUP_Abaetetuba.pdf. Acesso em: jun. 2019.

ANDRADE, R.A. **Organização Social na Amazônia: Uma experiência de associativismo na RDS Rio Madeira (Novo Aripuanã e Manicoré/AM)**. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB). 2011.

AYRES, R.U. Sustainability economics: Where do we stand? **Ecological Economics**, v. 67, n. 2, p. 281-310, 2008.

AZEVEDO, Hueliton Pereira. **Transição agroecológica: reflexões a partir de agroecossistemas de camponeses agroextrativistas na Amazônia numa perspectiva política**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2018.

BASTOS, Nelson Ramos. **Territórios em resistência no mundo social da várzea: a cartografia social dos ribeirinhos e quilombolas da Ilha Xingu Abaetetuba/PA**. (Dissertação). Cidades, Territórios e Identidades – PPGCITI. Abaetetuba, 2016.

BATALHA, M. O.; SILVA, A. L. Gerenciamento de Sistemas Agroindustriais: Definições e correntes mercadológicas. **Gestão agroindustrial**, v. 2, p. 28-34, 2001.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Agribusiness cooperativo: Economia, doutrina, e estratégias de gestão**. Piracicaba: ESALQ/USP, 1994.

BLAU, P. M.; SCOTT, S. R. **Organizações formais: uma abordagem comparativa 1**. ed. São Paulo: Atlas, 1970.

BOURDIEU, Pierre. Espace social et espace symbolique. In: **Raison Pratique**. Paris: Éditions du Seuil, 1994.

CARVALHO, Guilherme. **Grandes Projetos de infraestrutura, conflitos e violação de direitos na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, 2012. p.01-18.

CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Avaliação e Perícia Ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, Ltda, 2012.

GEHLEN, I; MOCELIN, D. G. **Organização social e movimentos sociais rurais**. Editora da UFRGS, 2. ed. rev. e ampl. 124 p. 2018.

GEHLEN, Ivaldo. Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local sustentável. Publicado In Riella, Alberto (org.) **Globalización, desarrollo y territorios menos favorecidos**. Montevideu: Universidad de La República, 2006. p. 265 – 283.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, Mar./Abr. 1995a, p. 57-63.

_____. Pesquisa qualitativa.-tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, Mai./Jun. 1995b, p. 20- 29. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em 3 mar. 2019.

HERCULANO, S. **Lá como cá: conflito, injustiças e racismo ambiental**, 2006. Disponível em: http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_downloads/fot_8304injustiya_e_bacismo_a_m_biental_pdf. Acesso em: 06 jun. 2019.

INSTITUTO EVANDRO CHAGAS – IEC. **Estudo comparativo de cádmio em sangue e cabelo de populações expostas ambientalmente em áreas industriais na Amazônia, Brasil**, KARYTTA SOUSA NAKA, 2018.

LÖWY, Michael. Crise Ecológica, Crise Capitalista, Crise De Civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, jan./abr. 2013.

LOZANO, R. Towards better embedding sustainability into companies' systems: an analysis of voluntary corporate initiatives. **Journal of Cleaner Production**, v. 25, p.14-26, 2012.

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MELUCCI, Alberto. Movimentos Sociais, Renovação Cultural e o Papel do Conhecimento. In: **Lua Nova**. São Paulo: Cedec, 1997.

PORTO, Carlos Walter Gonçalves. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SÁNCHEZ, Luis E. **Avaliação de impacto ambiental: Conceitos e métodos**. 2 ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013. 583p.

VILHENA, J do R; FONSECA, J. A. Etnoconservação Dos Recursos Naturais E A Pesca Artesanal Na Comunidade São Pedro Na Ilha Do Capim No Município De Abaetetuba - Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE, 2., 2018. **Anais...** Congestas, 2018.